



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141405 - RJ (2021/0011384-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : MAURICIO DE SOUZA NEGRELLOS DA SILVA
ADVOGADO : SÉRGIO ANTUNES LIMA JUNIOR - RJ112228
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MAURÍCIO DE SOUZA NEGRELLOS DA SILVA contra acórdão do TRF 2ª REGIÃO, assim ementado (fl. 446):

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO NÔMADE. FURTO QUALIFICADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. IMPOSSIBILIDADE DE SE RECONHECER A PRESCRIÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ART. 288, DO CP. AUTO DE APREENSÃO QUE INDICA A PERMANÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. INVIABILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. ORDEM DENEGADA.

I- Não ficou demonstrado de maneira inequívoca que a complexa associação criminosa estruturada para a clonagem de cartões se dissolveu em 2009 e que, portanto, a consumação do crime previsto no art. 288, do Código Penal se deu naquele ano a ponto de considerá-lo termo inicial da prescrição. Ao contrário, há em desfavor do paciente um fato que denota a permanência da associação criminosa para além do ano de 2009: a apreensão de material comumente utilizado para a clonagem de cartões magnéticos nem sua residência em janeiro de 2014.

II- O magistrado de origem, juiz natural do feito, e, por isso, destinatário das provas produzidas, considerou a data recebimento da denúncia como o dia em que cessou a permanência. Eventual rediscussão acerca daquele momento exige análise probatória extensa, inadmissível nesta via estreita.

III- Ordem denegada.

Insiste o recorrente na prescrição, argumentando que os fatos são de 2009 e a denúncia teria sido recebida em 2013. Estaria o crime do art. 288 do CP prescrito. Aduz que a privativa de liberdade do delito de furto, único que restaria da condenação, deve ser substituída por restritivas de direitos.

Requer, liminarmente, seja suspenso o mandado de prisão expedido. No mérito, o provimento do recurso para reconhecer a prescrição da pretensão punitiva do delito do art. 288 do Código Penal; a substituição da pena do crime de furto por restritivas de direitos ou o deferimento da prisão domiciliar em razão da covid-19.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto, como visto, o acórdão atacado deixou assente que não há prescrição no caso concreto.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência